

CRÍTICA SOCIAL E ALIENAÇÃO: A RELIGIÃO COMO REFLEXO INVERTIDO DA REALIDADE EM KARL MARX*

SOCIAL CRITIQUE AND ALIENATION: RELIGION AS AN INVERTED REFLECTION OF REALITY IN KARL MARX

Daniel Ribeiro de Almeida Chacon**

RESUMO

O presente artigo propõe uma incursão preliminar na crítica marxiana da religião. Nesse sentido, dedicaremos nossa atenção ao sentido e à significação da concepção da religião como “ópio do povo”. Apesar das interpretações históricas distorcidas dessa expressão, nosso objetivo consiste em evidenciar que, na crítica marxiana, o fenômeno religioso é compreendido como uma representação invertida da realidade, cuja deformação advém da abordagem dualista com a qual essa realidade é apreendida. Para tanto, voltamos-nos sobretudo para a produção do jovem Marx, na qual a crítica da religião aparece articulada à problemática da alienação humana e à análise da sociedade civil, possibilitando compreender a religião como expressão de uma realidade social marcada por contradições e formas de estranhamento. O método adotado nesta investigação é o da revisão bibliográfica. As considerações delineadas situam-se na perspectiva de que a crítica marxiana à religião suscita, ainda hoje, importantes questões sobre alienação, exploração e ideologia no contexto da luta social. Ademais, procura-se demonstrar que a compreensão marxiana da religião remete não apenas à crítica das representações religiosas, mas também às condições sociais e históricas que lhes servem de fundamento.

PALAVRAS-CHAVE: religião; “ópio do povo”; Karl Marx; alienação.

ABSTRACT

This article proposes a preliminary examination of Marx's critique of religion. In this regard, special attention is devoted to the meaning and significance of the conception of religion as the “opium of the people.” Despite the historically distorted interpretations of this expression, our objective is to demonstrate that, within Marx's critique, the religious phenomenon is understood as an inverted representation of reality, the distortion of which arises from the dualistic manner in which reality is apprehended. To this end, the analysis focuses primarily on the writings of the young Marx, in which the critique of religion is articulated with the problem of human alienation and with the analysis of civil society, thereby allowing religion to be understood as an expression of a social reality marked by contradictions and forms of alienation. The methodological approach adopted in this study is bibliographical review. The reflections developed here are grounded in the view that Marx's critique of religion continues to raise important questions concerning alienation, exploitation, and ideology within the context of social struggle. Furthermore, the article seeks to demonstrate that the Marxian understanding of religion refers not only to a critique of religious representations, but also to the social and historical conditions that constitute their foundation.

KEYWORDS: religion; “opium of the people”; Karl Marx; alienation

* Artigo recebido em 15/09/2025 e aprovado para publicação em 01/03/2026.

** Doutor em Filosofia pela UnB. Mestre em Filosofia pela FAJE. Professor Efetivo e Pesquisador no Departamento de História na UEMG. E-mail: daniel.chacon@uemg.br.

INTRODUÇÃO

O problema da religião é, conforme Karl Marx, indissociável da questão da alienação¹ humana. De acordo com ele, a crítica da religião apresenta-se como o pressuposto primordial para toda crítica. Noutros termos, a crítica da alienação humana demanda a crítica da religião. Nesse cenário, o jovem Marx direcionou seu olhar crítico para o que considerou ser a dimensão fundamental da religiosidade, a saber, a sociedade civil. O fenômeno religioso é interpretado aí como uma representação invertida da realidade cuja distorção se imputa à abordagem dualista com a qual a realidade é apreendida.

Indubitavelmente, a concepção da religião como “ópio do povo” representa a expressão mais proeminente do ateísmo materialista marxiano. Portanto, é imperativo investigarmos a significação dessa máxima para a compreensão da crítica social marxista da religião. Destarte, nossa atenção recairá especialmente sobre a produção literária do jovem Marx.

1 STATUS QUAESTIONIS: EMANCIPAÇÃO E CRÍTICA DA RELIGIÃO EM KARL MARX

De imediato, não se pode renunciar à consideração de que a análise social e a crítica da economia política conduzidas por Karl Marx desempenham um papel singular no contexto de

¹ A distinção de um conceito implica seu reconhecimento. No entanto, a tradução desse conceito apresenta singular complexidade, especialmente em filósofos como Karl Marx. Com o intuito de preservar a força dos termos originais e manter a coerência com os objetivos da presente pesquisa, optamos por utilizar o termo em português *alienação*. Além disso, endossamos a análise exegética realizada por István Mészáros, que contribui para a compreensão crítica e aprofundada do conceito em questão: “Em alemão, os termos ‘*Entäusserung*’, ‘*Entfremdung*’ e ‘*Veräusserung*’ são usados para traduzir ‘*alienation*’ [alienação] ou ‘*estrangement*’ [estranhamento]. ‘*Entäusserung*’ e ‘*Entfremdung*’ são usados por Marx com muito mais frequência do que ‘*Veräusserung*’, que é, como Marx o define, ‘*die Praxis der Entäusserung*’ (‘a prática da alienação’ – Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke* (doravante abreviado como MEW), v. 1. p. 376) ou, em outra passagem, ‘*Tat der Entäusserung*’ (‘o ato da alienação’ – MEW, suplemento I, p. 531). Assim, ‘*Veräusserung*’ é o ato de traduzir para a prática (na forma de vender algo) o princípio da ‘*Entäusserung*’. No uso marxiano do termo, ‘*Veräusserung*’ pode alternar com ‘*Entäusserung*’ quando se refere um ‘ato’ ou ‘prática’ específicos. (Ver MEW, v. 26, parte I, p. 7-8 – sobre a doutrina do sr. James Steuart concernente ao ‘lucro baseado na alienação’. Nesse contexto, o termo ‘alienação’ é traduzido por Marx tanto como ‘*Veräusserung*’ quanto como ‘*Entäusserung*’). Tanto ‘*Entäusserung*’ quanto ‘*Entfremdung*’ têm tripla função conceitual: (1) fazer referência a um princípio geral; (2) expressar um estado de coisas vigente e (3) designar um processo que leva a tal estado. Quando o acento está na ‘exteriorização’ ou ‘objetivação’, Marx usa o termo ‘*Entäusserung*’ (ou termos como ‘*Vergegenständlichung*’ [objetivação, reificação]), ao passo que ‘*Entfremdung*’ é usado quando a intenção do autor é enfatizar o fato de que o ser humano é confrontado por um poder hostil produzido por ele mesmo, de modo que ele faz malograr o seu próprio objetivo”. Recomenda-se também o cotejo da obra *Análises marxistas da alienação*, de Lucien Sève (1975), para obter uma compreensão mais precisa dos usos dos termos em questão, principalmente nas obras maduras de Marx. Desse modo, será possível obter uma fundamentação exegética bem mais rigorosa.

um projeto filosófico de alcance mais abrangente, a emancipação humana. Nas páginas dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, o jovem Marx já preconizava que:

Da relação do trabalho alienado com a propriedade privada, segue-se ainda que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se exprime na forma política da emancipação dos trabalhadores não como se se tratasse apenas da emancipação deles, mas antes porque na sua emancipação está contido todo o humano (*allgemeinmenschliche*) – este, todavia, está aí contido porque toda a servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (Marx, 2015, p. 318-319).

De acordo com Lessa e Tonet (2011, p. 99), a miséria decorrente da supremacia do capital, que se concentra nos(as) trabalhadores(as), pode iludir a percepção, levando a crer que somente a classe oprimida vivencia a alienação. Contudo, na concepção marxiana, essa impressão carece de precisão, pois também a burguesia se encontra irremediavelmente determinada pelo capital, embora desfrute de uma notável condição que, adicionalmente, materializa diariamente o triunfo de sua classe sobre o proletariado. As(os) trabalhadoras(es) enfrentam, dia após dia, a derrota perante o capital, enquanto vivenciam uma existência que não pode ser equiparada à opulência burguesa. Não obstante essas discrepâncias, o capital exerce sua influência não somente sobre o proletariado, mas também sobre a burguesia. Ambas as classes subsistem para perpetuar o domínio do capital; desse modo, a totalidade da sociedade se encontra alienada.

A consecução da emancipação dos(as) trabalhadores(as) pressupõe o resgate efetivo do ser humano como ser-para-si, dado que significa primordialmente o retomar do trabalho como categoria original da vida social. Nessa perspectiva, ousa-se reconhecer que o mundo humano não existe sem trabalho, apesar de sua subsistência prescindir da propriedade privada. A classe trabalhadora se erige, pois, como o arauto da humanidade, até que possa gradativamente se diluir nas margens dessa abstração e ressurgir como seres humanos concretos (Hallak, 2018, p. 77).

Com efeito, em Karl Marx (2015, p. 350), “a superação da propriedade privada é por isso a completa emancipação de todos os sentidos e qualidades humanas [...]”. Dessarte, a revolução proletária se constitui como a magna emancipação de toda a humanidade, elevando-se além do simples triunfo político de uma classe sobre outra, característico das revoluções burguesas. Nesse contexto, a emancipação almejada por Marx não se resume a simples

adaptação política aos desdobramentos das revoluções burguesas, evocando, em vez disso, uma transformação de caráter radical.

Enfatizamos aqui, portanto, que a questão da emancipação da humanidade constitui o escopo fundamental do ideário crítico em Karl Marx. Nesse horizonte, a relação entre teoria e prática ou, mais precisamente, entre filosofia e emancipação, representa um elemento essencial da perspectiva marxiana², constituindo um legado inquestionável que Paulo Freire assimilou e resgatou em sua obra. No escopo dessa relação, Marx estabelece uma analogia significativa, na qual a filosofia desempenha o papel de mente, enquanto o proletariado, o de coração, na busca pela emancipação. Nas palavras dele, “a filosofia não pode se efetivar sem a suprassunção [*Aufhebung*] do proletariado, o proletariado não pode se suprasumir sem a efetivação da filosofia” (Marx, 2010a, p. 157).

Nesse sentido, sustentamos que a crítica marxiana se constitui como um projeto efetivamente filosófico com a aspiração máxima de alcançar a emancipação diante das relações alienantes e desumanizadoras inerentes ao sistema capitalista, conforme previamente se destacou. A crítica filosófica de Marx se desdobra assim numa miríade de nuances complexas, dentre as quais, enfatizamos neste momento a relação entre emancipação e religião. Ora, na interpretação de Karl Marx (2010a, p. 145), “[...] a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica”.

Nesse cenário, torna-se inescapável a condução de um panorama analítico apropriado da questão religiosa em Marx, com ênfase em sua célebre máxima de que a religião se constitui como “ópio do povo” (Marx, 2010a, p. 145). Com efeito, de antemão, é necessário reconhecer que essa é uma expressão de sutil complexidade, distante de ser uma simples diretiva. Segundo Michael Löwy (1998, p. 157), embora tenha ampla difusão a ideia de que essa expressão represente a quintessência da concepção marxiana, tal sugestão resulta inadequada. Com variações mínimas, essa formulação pode ser encontrada em pensadores anteriores a Karl Marx, como Kant, Herder, Feuerbach, Bruno Bauer e muitos outros³. Löwy (1998, p. 158) fundamenta sua posição ao alegar que, na época da composição da obra, em 1843, Karl Marx se encontrava sob enorme influência de Feuerbach e sua visão sobre a religião foi, portanto, moldada pela concepção feuerbachiana da alienação da essência humana. Portanto, ainda segundo Löwy

² De acordo com Karl Korsch (2008, p. 151), a dialética materialista ganha expressão na teoria da luta histórica do proletariado pela emancipação. O criticismo marxiano, portanto, relaciona dialeticamente teoria e prática, filosofia e revolução histórica.

³ Para uma exemplificação concreta das ocorrências mencionadas, recomenda-se consultar o artigo em referência (Löwy, 1998).

(1998, p. 157), a expressão da religião como ópio do povo pode, na melhor das hipóteses, apenas abordar o caráter ambíguo da angústia/miséria religiosa que, às vezes, legitima a sociedade existente e outras vezes a contesta.

Na redação marxiana, a questão se expressa nos seguintes termos:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (Marx, 2010a, p. 145).

Portanto, apenas posteriormente, em *A ideologia alemã*, vinda a lume em 1846, despontou-se a efetiva incursão marxiana no domínio da religião enquanto fenômeno sócio-histórico, como salienta Löwy (1998, p. 158). A contribuição singular da abordagem analítica marxiana se deu, então, na apreciação conjunta dos fenômenos religiosos com os domínios do direito, da moral, da metafísica, das doutrinas políticas e demais esferas conexas. Aí se interpreta a religião, portanto, como uma dentre as múltiplas manifestações da ideologia, isto é, da produção espiritual de uma sociedade, compreendendo a criação e o desenvolvimento de ideias, representações e modos de consciência, inexoravelmente influenciadas pela produção material e pelas correspondentes relações sociais.

Na análise de Lucien Sève, a temática assume os contornos de uma profunda interpelação. Não obstante a evidente interligação entre alienação e religião na perspectiva marxiana, Sève (1975, p. 9-10) enfatiza a importância de indagar se a concepção de alienação verdadeiramente se aplica à totalidade da obra de Marx.

Ora, no contexto de *A ideologia alemã*, Karl Marx se vale de um tom mais crítico, evidentemente sarcástico, em relação à noção de alienação⁴. Todavia, Sève (1975, p. 82-83) argumenta que essa postura não implica a completa exclusão dessa noção, mas, sim, sua reconfiguração dentro do repertório conceitual marxiano. Essa reconfiguração se constitui em razão da estreita relação entre as categorias de alienação e fetichismo, ambas vinculadas à ideia de reificação. Desse modo, a reificação desempenha o papel de elemento unificador entre os diversos períodos da produção teórica de Marx nos quais a categoria de alienação é aplicada (Sève, 1975, p. 54). Como resultado, a pertinência da categoria de alienação não apenas subsiste, mas também preserva a validade da concepção marxiana da religião.

⁴ “Essa ‘alienação’ [*Entfremdung*] para usarmos um termo compreensível aos filósofos” (Marx; Engels, 2007, p. 38).

Por conseguinte, Guilherme Oliveira e Silva (2020, p. 106) postula que o fulcro da concepção de religião presente no *corpus* marxiano reside na noção de que esse fenômeno se constitui numa representação invertida da realidade cuja distorção se atribui à abordagem dualista com a qual a realidade é apreendida. Com efeito, Silva (2020, p. 117) enfatiza ainda que, em Karl Marx, a superação do estado de coisas cuja representação religiosa do mundo é um reflexo deve ser perseguida por meio da transformação das condições concretas da realidade, em vez de buscar a eliminação das formas ideacionais.

Outrossim, Eduardo Ferreira Chagas (2017, p. 135-136) também reconhece o problema da dimensão invertida da realidade e, adicionalmente, destaca outras facetas da religião na literatura marxiana. Em sua análise, a religião em Marx assume também a função de uma forma de contestação e protesto indireto perante as agruras da experiência humana sob a influência do capitalismo. No entanto, essa contestação, amiúde, revela-se ineficaz, atuando como um entrave à conscientização da existência inumana e à efetiva concretização de transformações radicais. Com efeito, a religião oferece uma esperança de salvação no além⁵, como um refúgio contra as adversidades do mundo real, ainda que essa esperança seja considerada uma ilusão para suportar as dificuldades da realidade. Ela também é descrita como uma explicação fantasiosa da realidade, conduzindo, assim, os fiéis à passividade e ao conformismo, ao invés de estimular a práxis. Por derradeiro, a religião é interpretada como cúmplice na preservação do *status quo*, conferindo legitimidade às opressões enraizadas na estrutura da sociedade capitalista.

Isso posto, delineia-se, ainda que em termos iniciais, a complexidade da questão em Karl Marx, para muito além de simples afirmação de efeito retórico. Torna-se necessário, desta vez, voltar nosso foco diretamente para o desenvolvimento textual da crítica marxiana⁶ daquele excerto que expressa a concepção da religião como ópio do povo:

A supressão [*Aufhebung*] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a

⁵ Na interpretação de Mondin (1997, p. 155), a crítica marxiana considerou que “a religião opõe-se à luta de classes, pregando o amor e o perdão em vez da justiça e da revolução, adia a solução dos problemas deste mundo remetendo-a para outro mundo”.

⁶ É sumamente importante reconhecer que a problematização marxiana, como manifestada na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, não pode ser completamente apreendida sem o reconhecimento do contexto filosófico hegeliano que a envolve, juntamente com a influência inegável da religiosidade protestante que caracterizou a Alemanha do século XIX. Entretanto, é nosso dever assumir também que as limitações do escopo da presente pesquisa não nos facultam uma exploração adequada da questão, sem incorrer em simplificações vulgares. Dessarte, visando a propiciar uma compreensão introdutória mais adequada, sugerimos a leitura dos artigos de Silva (2020, 2018) previamente mencionados neste artigo.

religião. A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo (Marx, 2010a, p. 145-146).

Conforme a perspectiva de Marx (2020a, p. 146), à medida que se esvai o domínio do imaginário religioso, ou seja, o reino que reside além da verdade, a responsabilidade histórica se desloca para a revelação da verdade crítica da realidade intramundana, do aquém. Em outros termos, após a desmitificação da aura sacral da autoalienação – *Selbstentfremdung* – do ser humano, à filosofia é confiada a tarefa de desnudar as máscaras que ocultam as facetas profanas da alienação de si.

Nesse sentido, a crítica feuerbachiana à religião tornou-se um pressuposto fundamental para a *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Ora, na obra *A essência do cristianismo*, Ludwig Feuerbach (2013) argumentou que a alienação do ser humano se manifesta quando este projeta sua essência em uma entidade sobrenatural, denominada Deus⁷. Sua tese visa a estabelecer o princípio antropológico como o alicerce hermenêutico primordial para a compreensão da religião. Sob essa perspectiva, a alienação, como esboçada por Feuerbach, assume uma natureza destrutiva, uma vez que despoja o ser humano de sua verdadeira essência, relegando-o a uma condição de estranhamento em relação a si mesmo.

Nas *Teses provisórias para a reforma da filosofia*, Feuerbach (2008) erige uma crítica tenaz à lógica hegeliana cujo fundamento se situa no horizonte do ser que reside na esfera da abstração⁸. Feuerbach, contrapondo-se a Hegel, argumenta enfaticamente que não é o pensamento que origina o ser, mas, ao contrário, o pensamento emerge do ser, sem que o ser dependa do pensamento para sua manifestação. De modo heurístico, Feuerbach aponta que Hegel opera uma inversão nas relações tradicionais entre sujeito e predicado, especificamente no que concerne à relação entre ser/natureza e pensamento. O desdobramento fundamental

⁷ De acordo com Márcio Gimenès de Paula (2008, p. 136), Feuerbach “[...] julga que a religião representa a cisão do homem consigo mesmo. Deus seria algo totalmente positivo, ao passo que o homem seria algo totalmente negativo. Em outras palavras, se o homem é o pecador, Deus é a santidade; o mesmo raciocínio vale sempre e é desenvolvido de forma lógica. Nesse sentido, a religião seria uma busca que tem por objetivo sanar tal dificuldade. Todavia, ela só serviria para provar – uma vez mais – a cisão do homem consigo mesmo. Segundo ele, se a essência divina fosse, de fato, diferente do homem não ocorreria tal cisão. Só existe cisão entre dois seres de igual essência que, ao se separarem, podem novamente se reunir. Esta essência inata que o homem sente na cisão o faz aproximar-se do que se convencionou chamar religião”.

⁸ Karl Marx (2010a, p. 36), adicionalmente, endossa a referida crítica ao afirmar que Hegel “[...] transformou em um produto, em um predicado da Ideia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica”.

dessas teses feuerbachianas reside na identificação do ser humano como uma entidade inextricável da natureza e na denúncia de que tanto a religião quanto a filosofia hegeliana que, em última instância, representam distintas manifestações de um mesmo substrato conceitual⁹, desviam a essência humana de sua condição intrínseca, externalizando-a do indivíduo (Silva, 2020, p. 106-107).

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007, p. 534) comentam que:

Feuerbach parte do fato da autoalienação [Selbstentfremdung] religiosa, da duplicação do mundo [Welt] num mundo religioso e num mundo mundano. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano [weltliche]. Mas que o fundamento mundano se destaque de si mesmo e construa para si um reino autônomo nas nuvens pode ser esclarecido apenas a partir do autoesfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Ele mesmo, portanto, tem de ser tanto compreendido em sua contradição quanto revolucionado na prática. Assim, por exemplo, depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser teórica e praticamente eliminada.

Na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, Karl Marx (2010a) compreende o humano como fundamento para a interpretação do fenômeno religioso. Com efeito, a compreensão desse fenômeno demanda uma meticulosa análise das facetas inerentes à própria humanidade que, equivocadamente, seriam interpretadas como pertencentes a uma esfera independente, autônoma. A fim de elucidar as razões subjacentes à projeção de um mundo religioso, torna-se imperativo, portanto, o reconhecimento da inversão, do autoesfacelamento, da contradição de si mesmo do ser social, do fundamento mundano, em outros termos, da situação de alienação.

A partir da herança de Feuerbach, Marx reconhece, assim, que a crítica da religião atingiu seu apogeu, tornando-se um pressuposto subjacente a toda crítica¹⁰. Não obstante, segundo a análise marxiana, Feuerbach negligenciou a questão da alienação na dimensão do trabalho na sociedade de classes. Nessa condição, a existência produtiva se encontra dissociada da criação em si, a ponto de obstar o reconhecimento da própria essência do(a) artífice nos

⁹ Segundo Feuerbach (2008, p. 15), “quem não abandonar a filosofia hegeliana não abandona a teologia. A doutrina hegeliana de que a natureza é a realidade posta pela Ideia é apenas a expressão racional da doutrina teológica, segundo a qual a natureza é criada por Deus, o ser material por um Ser imaterial, isto é, um ser abstracto. No final da Lógica, leva mesmo a Ideia absoluta a uma ‘decisão’ nebulosa para documentar, por sua própria mão, a sua extracção do céu teológico”.

¹⁰ “Na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (Marx, 2010a, p. 145). Ademais, “a crítica da religião tem seu fim com a doutrina de que o homem é o ser supremo para o homem, portanto, com o imperativo categórico de subverter todas as relações em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível. relações que não podem ser mais bem retratadas do que pela exclamação de um francês acerca de um projeto de imposto sobre cães: ‘Pobres cães! Querem vos tratar como homens!’” (Marx, 2010a, p. 151).

artefatos por ele(a) criados. Essa alienação manifesta-se como um fenômeno coletivo, demandando, por conseguinte, uma resolução coletiva, ou seja, requer a concepção de uma sociedade que supere a condição material da realidade alienante do trabalho capitalista.

Karl Marx, desse modo, supera a tese feuerbachiana ao postular o ser humano não apenas como a soma de atributos individuais¹¹, mas como uma entidade que abrange o mundo social e político¹², isto é, o Estado e a sociedade. No contexto da *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, divisa-se a definição marxiana da essência humana como “qualidade social” (Marx, 2010a, p. 42). Em tal perspectiva, a religião se concebe como um produto da atividade humana, gerada pela essência social e política do ser humano. Na visão de Marx, a religião é considerada uma manifestação invertida, uma representação fantasiosa da verdadeira essência humana, moldada pelo Estado e pela sociedade (Silva, 2020, p. 108-109).

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. a religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d'honneur* espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião (Marx, 2010a, p. 145).

Desse ponto de vista, a religião assume o papel de instrumento de dominação em uma sociedade permeada pela exploração de uma classe sobre outra. Ela é assimilada como um dispositivo de controle sobre a classe oprimida. A alienação religiosa perdura, assim, inerente à persistência da alienação em variados âmbitos sociais, inclusive na própria essência humana. De forma concisa, a religião emerge como uma decorrência inerente da alienação socioeconômica, sendo arquitetada para perpetuar o sistema de classes e exercer o domínio sobre as massas.

Ademais, cumpre mencionar também outro aspecto clássico da crítica à religião. Ora, conforme Friedrich Engels (2006, p. 18-19), existe uma problemática gnosiológica na esfera religiosa. Consoante sua análise, a religião se caracterizaria como uma profunda ignorância por

¹¹ Na proposição de Feuerbach (2013, p. 36): razão, vontade e amor.

¹² Em correspondência com Ruge, Marx (2010c, p. 400, tradução nossa) alega que os “os aforismos de Feuerbach me parecem incorretos apenas em um aspecto: ele se refere demasiado à natureza e pouco à política. No entanto, essa é a única aliança pela qual a filosofia contemporânea pode se tornar verdade”.

parte do ser humano sobre a natureza de sua própria existência. Dessa maneira, a religião consistiria numa perplexidade que surge em razão de lacunas do conhecimento, uma ávida resposta diante da realidade e cujo fundamento primário é a desconcertante e disseminada ignorância¹³. Logo, a religião não passaria de um conjunto de ideias limitadas e nescientes de um estágio humano primitivo, de selvageria (Engels, 2006, p. 19).

Nesse sentido, o próprio Karl Marx também voltou sua atenção para a faceta científico-gnosiológica da questão religiosa, ao indagar, por exemplo, as razões históricas da decadência dos mitos gregos e romanos¹⁴. A religião, nesse horizonte, constitui-se como uma maneira simplificada de conceber o mundo. Com efeito, ela assume, para o ser religioso, o papel de uma teoria geral da realidade, um compêndio enciclopédico e uma lógica expressa, amiúde, em termos populares (Ataíde, 2022, p. 142).

Todavia, a questão se configura para além de simplificações gnosiológicas. Ora, poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência histórica evidenciaria que a religiosidade não decorre necessariamente da ausência de conhecimento. Nas palavras de Carli (2015, p. 91) “[...] é unilateral pensar a religiosidade enquanto uma lacuna da ciência, como se a religião adentrasse nos vãos permitidos pelos poros da ciência”.

O problema gnosiológico, portanto, figura apenas como uma das facetas da crítica à religião/ideologia, representando uma dimensão unilateral que necessita ser complementada por uma abordagem ontológica, conforme ressaltado por Lukács (2013, p. 480): “o aspecto problemático de sua formulação é meramente o fato de [Engels], nesse ponto, abordar o problema da ideologia de modo unilateralmente científico-gnosiológico e não de modo ontológico-prático”.

¹³ “Desde épocas remotas, quando o ser humano, ainda imerso na maior ignorância sobre a estrutura de seu organismo e estimulado pelas imagens dos sonhos, passou a acreditar que seus pensamentos e sensações não eram funções de seu corpo, mas de uma alma especial que habitava esse corpo e o abandonava ao morrer; desde esses tempos, o ser humano teve inevitavelmente que refletir sobre as relações dessa alma com o mundo exterior. Se a alma se separava do corpo ao morrer e sobrevivia, não havia motivo para lhe atribuir uma morte própria; assim surgiu a ideia da imortalidade da alma, uma ideia que, nessa fase de desenvolvimento, não era concebida como uma fatalidade inevitável e, muitas vezes, como uma verdadeira desgraça, como entre os gregos. Não foi a necessidade religiosa de consolo, senão a perplexidade, baseada em uma ignorância generalizada, de não saber o que fazer com a alma – cuja existência havia sido admitida – após a morte do corpo, o que levou, de maneira geral, à tediosa fábula da imortalidade pessoal. Por caminhos muito semelhantes, através da personificação dos poderes naturais, surgiram também os primeiros deuses. Posteriormente, com o desenvolvimento da religião, tais divindades assumiram natureza cada vez mais transcendente. Finalmente, por meio de um processo natural de abstração, quase poderíamos dizer de destilação, que se desenrola durante o progresso espiritual, a partir da multiplicidade de deuses, mais ou menos limitados e que se restringiam mutuamente, emergiu na mente dos seres humanos a ideia de um deus único e exclusivo, típico do monoteísmo” (Engels, 2006, p. 18-19, tradução nossa).

¹⁴ “Como fica Vulcano diante de Roberts et Co., Júpiter diante do para-raios e Hermes diante do Crédit Mobilier? Toda mitologia supera, domina e plasma as forças da natureza na imaginação e pela imaginação; desaparece, por conseguinte, com o domínio efetivo daquelas forças” (Marx, 2011, p. 63).

Nessa lógica, vale destacar ainda uma pequena fração da interpretação de Lukács. De acordo com ele, a essência do ser humano adquire uma dimensão transcendental para si próprio, uma proclamação que se origina de um domínio para além da esfera da vida humana – social. Isso ocorre porque o ser humano busca, precisamente no domínio da transcendência, sua realização plena e a superação da própria particularidade. No entanto, em seu próprio ser social, devido à reificação, tais aspirações não se apresentam como possibilidades palpáveis nem mesmo como perspectivas viáveis (Lukács, 2013, p. 677-678).

Nas sociedades capitalistas, a universalidade da humanidade não se manifesta imediatamente na vida cotidiana devido às contradições da divisão de classe. Nesse cenário, os indivíduos não se reconhecem como parte de uma mesma generalidade no cotidiano, centrando-se em seus interesses singulares. A religião, ao afirmar que todos(as) pertencem a uma irmandade divina, fornece uma universalidade imediata ao cotidiano, preenchendo uma carência de generalidade nas sociedades classistas. Devido à incapacidade das contradições sociais de revelar a natureza genérica do ser social, a essência humana se torna transcendental, afastando-se das circunstâncias materiais, negadoras de qualquer universalidade. A religião, embora de maneira mistificada, oferece um humanismo invertido, suprimindo a carência de generalidade na vida cotidiana das sociedades com antagonismos de classe (Carli, 2015, p. 98).

Em última análise, não podemos desconsiderar o fato de que *A ideologia alemã* (Marx; Engels, 2007) representa um significativo amadurecimento das críticas marxianas. Nesse horizonte, evidencia-se o reconhecimento de que a constituição da consciência humana se encontra irremediavelmente moldada pelas relações materiais, e a sua efetiva transformação emerge como um processo dialético e revolucionário, no qual se institui uma permanente relação entre teoria e prática. A análise crítica da religião, por conseguinte, transcende os estreitos limites do debate filosófico, encontrando sua efetivação na práxis revolucionária cuja aspiração é a superação do contexto social e econômico opressivo e alienante inerente à sociedade capitalista.

[...] todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria (Marx; Engels, 2007, p. 43).

Conforme Marx e Engels (2007, p. 43), a história não se consoma na “autoconsciência” ou como “espírito do espírito”. Do contrário, o desenvolvimento histórico é caracterizado por um determinado conjunto de forças de produção, de relações com a natureza e interações entre os indivíduos. Tais condições se perpetuam de geração em geração, moldando as circunstâncias de vida e o desenvolvimento humano. Essa acumulação de forças de produção e influências sociais constitui o autêntico fundamento real da essência humana, frequentemente abordada pelos filósofos sob o rótulo da substância.

Ademais, as condições de existência prevaletentes determinam a capacidade das revoluções históricas em efetuar mudanças substantivas na sociedade, e tal capacidade está intrinsecamente ligada à presença de forças produtivas e a uma massa revolucionária capaz de modificar não apenas as condições particulares da sociedade, mas também a própria atividade humana e a produção da vida. A mera repetição de concepções revolucionárias não implica necessariamente transformações práticas, como ilustrado na história da luta revolucionária (Marx; Engels, 2007, p. 43).

CONCLUSÃO

A crítica de Karl Marx à religião não se encerra num ateísmo abstrato, puramente especulativo. A filosofia marxiana analisa o problema sob a ótica da historicidade e da materialidade que permeiam a existência humana. Desse modo, a religião é entendida como uma construção social, o que implica que a análise crítica desse fenômeno deve, de maneira inescapável, entrelaçar-se com as dinâmicas das relações sociais e as transformações históricas.

Ao examinar a questão, Karl Marx considera que a religião não representa o cerne das questões fundamentais do mundo, mas, antes, manifesta-se como um sintoma flexível, capaz de se adaptar às circunstâncias, ou, no máximo, como um recurso lenitivo para o sofrimento humano. Nesse sentido, reiteramos: a religião, conforme Marx, assemelha-se a um espelho que reflete uma imagem invertida da realidade social, das aflições que permeiam o cotidiano de uma miríade de pessoas.

Na interpretação de Konder (2002, p. 80), a história da humanidade não apresentou um desafio significativo à perenidade da religião, visto que, em consonância com os matizes sociais característicos do escravismo, do feudalismo e, posteriormente, do capitalismo, a religião persistiu em satisfazer uma necessidade amplamente reconhecida pela sociedade. Nesse contexto, ele conjectura ainda que a consciência religiosa constitui, quiçá, a forma mais

paradigmática do pensamento alienado. Nos termos marxianos, como já se enfatizou, “[...] a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (Marx, 2010a, p. 145).

Por conseguinte, na filosofia marxiana, “a crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política” (Marx, 2010a, p. 152). Desse modo, o jovem Marx voltou seu olhar crítico em direção à dimensão *sine qua non* da religiosidade: a sociedade civil. Ora, o trabalho intelectual de Karl Marx, a partir de 1843, persistirá nesse caminho, embora não de modo homogêneo, porém com diversos recuos e avanços até o momento da elaboração de sua obra magna, *O capital* (Silva, 2018, p. 180).

Não obstante, Karl Marx, após a publicação de *A ideologia alemã*, pouco escreveu sobre a problemática da religião enquanto tal, isto é, enquanto um universo específico impregnado de significados culturais e ideológicos (Löwy, 1998, p. 159). Entretanto, é possível depreender, do primeiro tomo de *O capital*, algumas ponderações sobre o tema. Nesse cenário, enfatizamos que Marx reiterou, sem hesitações, a tese de que:

O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza (Marx, 2013, p. 154).

Dessarte, o cerne da crítica marxiana à religião encontra sua base na conjuntura material, ou seja, na esfera sócio-histórica e econômica que resulta na opressão, alienação e subjugação do ser humano. Nessa perspectiva, a crítica da religião, desvinculada da problematização de suas raízes sociais, equipara-se a um embate direcionado às manifestações superficiais de um determinado fenômeno, preservando incólumes as suas causas mais profundas.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Glauber. **Duvidar de tudo**: ensaios de filosofia e psicanálise. Rio de Janeiro: Alma Revolucionária, 2022.

CARLI, Ranieri. György Lukács e a crítica à necessidade social da religião. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 41, p. 89-104, 2015.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 40, n. 4, p. 133-154, out./dez., 2017.

ENGELS, Frederick. **Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana** (y otros escritos sobre Feuerbach). Madrid: Fundación de Estudios Socialistas Federico Engels, 2006.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. 4. ed. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FEUERBACH, Ludwig. **Teses provisórias para a reforma da filosofia**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Lusofia Press, 2008.

HALLAK, Mônica. Alienação do trabalho em Marx: dos *Manuscritos de 1844* a *O Capital*. *Verinotio, Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, p. 58-73, abr. 2018.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 43, p. 157-22, 1998.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social, II**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos Econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boi tempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélcio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. To Arnold Ruge. March 13, 1843. In: MARX, Karl. **Marx & Engels Collect Works**: Karl Marx 1835-184. [S. l.:] Lawrence & Wishart, 2010c. v. 1. p. 398-400.

MONDIN, Battista. **Quem é Deus?** Elementos de teologia filosófica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1997.

PAULA, Marcio Gimenes de. Humano, demasiado humano: a autonomia e a responsabilidade segundo Feuerbach. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, p. 135-145, 2008.

SÈVE, Lucien. **Análises marxistas da alienação**. Tradução de Madalena Cunha Matos. Lisboa: Edições Mandacaru, 1975.

SILVA, Guilherme Oliveira e. A religião na obra de Marx: notas para um debate em aberto. In: CHACON, Daniel R. A.; ALMEIDA, Frederico S. **Filosofia da religião**: problemas da antiguidade aos tempos atuais. São Paulo: Edições Loyola, 2020. p. 105-120.

SILVA, Guilherme Oliveira. Marx e a religião como ontologia na CFD de Hegel: uma crítica materialista. **Outra margem: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, n. 8, p. 167-181, 1. sem. 2018.